



Revista Brasileira de Inovação

ISSN: 1677-2504

ISSN: 2178-2822

Universidade Estadual de Campinas

Klaumann, Ana Paula; Tatsch, Ana Lúcia
A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social:
análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Revista Brasileira de Inovação, vol. 22, e023006, 2023
Universidade Estadual de Campinas

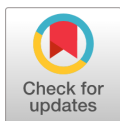
DOI: <https://doi.org/10.20396/rbi.v22i00.8669995>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=641775171007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ana Paula Klaumann* , Ana Lúcia Tatsch** 

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: anaklaumann96@gmail.com

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), Brasil. E-mail: analuciatatsch@gmail.com

SUBMISSÃO: 01 DE JUNHO DE 2022 VERSÃO REVISADA (ENTREGUE): 30 DE ABRIL DE 2023 APROVADO: 17 DE JULHO DE 2023

RESUMO

Inovações sociais buscam dar respostas às necessidades e problemas sociais e contam com a participação dos agentes na construção de soluções. As universidades desempenham papéis ativos no contexto dessas inovações. Neste contexto, investiga-se o papel da universidade na promoção de inovações sociais a partir das ações de extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou-se uma survey com os coordenadores dessas ações. Verificou-se que as ações mapeadas contribuem com soluções para a comunidade envolvida no projeto e o seu desenvolvimento é marcado pela transdisciplinaridade e pelo apoio ao empoderamento e autonomia dos atores sociais, sobretudo via construção de capacidades; o que confirma a ideia de que a extensão é capaz de apoiar a geração de inovações sociais. No entanto, os resultados da pesquisa também revelam que a universidade oferta soluções de maneira mais intensa do que as constrói com a coletividade envolvida; revelando um viés ofertista.

PALAVRAS-CHAVE: Inovações sociais; Universidade-sociedade; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

University Engagement as a path to Social Innovation: analysis from the Federal University of Rio Grande do Sul

ABSTRACT

Social innovations aim to respond to social needs and problems and rely on the participation of agents in building solutions. Universities play active roles in the context of these innovations. In this context, the role of the university in promoting social innovations is investigated based on the university engagement at the Federal University of Rio Grande do Sul. A survey was carried out with the coordinators of these actions. It was found that the mapped actions contribute to solutions for the community involved in the project and its development is marked by transdisciplinarity and support for the empowerment and autonomy of social actors, especially via capacity building; which confirms the idea that university engagement is capable of supporting the generation of social innovations. However, the research results also reveal that the university offers solutions more intensely than it builds them with the community involved; revealing an offerist bias.

KEYWORDS: Social innovations; University-society; Federal University of Rio Grande do Sul

1. Introdução

As discussões sobre o tema “inovações sociais” (IS) foram inauguradas em meados do século XIX e diversas foram as tentativas de conceituação (GODIN, 2012). As IS são entendidas, neste trabalho, como inovações que têm como finalidade atender necessidades humanas que não estão sendo plenamente satisfeitas pelos aparatos estatais e de mercado, inseridas em determinado contexto histórico e espacial. Elas emergem por meio da criação de novas relações institucionais, as quais têm o potencial para empoderar os agentes de determinada coletividade (MOULAERT; MACCALLUM, 2019; MULGAN et al., 2007).

Para que essas inovações sejam colocadas em prática, aponta-se a necessidade que diversos agentes se comprometam (ZUCOLOTO; RESPONDOVESK, 2018). Dentre eles, podem estar as instituições de ensino superior, que, segundo Dorsa (2019), são importantes espaços para a emergência de discussões acerca dos problemas sociais.

Quando inseridas em ecossistemas de inovação, as universidades possuem funções no que se refere ao desenvolvimento econômico e social (TORLIG; RESENDE JUNIOR, 2018).

Neste contexto, o presente trabalho examina o papel da universidade, a partir das suas atividades de extensão, na promoção de inovações sociais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória bibliográfica, compreendendo tanto levantamento e revisão da literatura quanto pesquisa de campo. Através de uma *survey*, buscou-se compreender o caso específico das inovações sociais no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a partir de suas atividades de extensão. A UFRGS é uma universidade pública de longa tradição e relevante ator no sistema de conhecimento e inovação brasileiro.¹

A contribuição deste trabalho está em tratar dois importantes temas ainda pouco explorados na literatura: as inovações de caráter social e a interação universidade-sociedade. Essa última compreende ampla gama de atores sociais: empresas, agricultores, comunidades, sociedade civil, e governo (em vários níveis) (KRUSS et al., 2012).

Ao trazer esses temas para o debate amplia-se a discussão para além do que é costumaz investigar no campo da economia: as inovações tecnológicas e a interação universidade-empresa. Sobretudo em países em desenvolvimento, torna-se pertinente analisar inovações de caráter amplo, com potencial de solucionar problemas que afligem a sociedade, bem como melhor entender a interação das universidades com atores sociais diversos e seu papel na melhoria do bem-estar das comunidades.

O artigo se divide em quatro seções, além desta introdução. Na que se segue, é realizada uma revisão bibliográfica dos temas que circundam os temas da inovação social, focalizando nos papéis desenvolvidos pelas universidades. A terceira seção apresenta a metodologia do estudo de caso realizado, seguida pela seção de apresentação e discussão dos resultados. Por fim, são realizadas considerações finais.

¹ Sua importância é também reconhecida pela posição que ocupa em rankings nacionais e internacionais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020c).

2. Referencial teórico

Em sentido amplo, uma inovação é comumente compreendida como um produto ou processo novo ou melhorado que diferem significativamente daqueles anteriormente disponibilizados e implementados (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2018). Já uma inovação social abarca a formulação de novas alternativas – podendo ser novos produtos, serviços e modelos – para solucionar problemas sociais em um ambiente colaborativo (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Uma vez reconhecidas as necessidades dos atores de determinado território, e a partir do seu empoderamento, busca-se construir respostas para a promoção do seu bem-estar. Tais respostas configuram-se em inovações sociais (BIGNETTI, 2011; CUNHA; BENNEWORTH, 2013).

Cloutier (2003) ao definir inovação social ressalta não só o caráter inovador das práticas, mas seu objetivo de promover o bem-estar social, tanto de indivíduos, como de comunidades; o que, para ela, dá sentido ao conceito. Deixa claro que a “cooperação dos atores sociais” é de grande relevância para alcançar resultados específicos e dar respostas a situações insatisfatórias.

Nessa direção, a interação entre os atores adjetivam às práticas de inovação social, no sentido em que gera ações de caráter coletivo, visando melhorias do bem-estar e a busca por ultrapassar algum obstáculo social. Assim, pode ser ressaltado que essa categoria de inovação não trata apenas do resultado, mas de todo o processo que a envolve e do conhecimento gerado a partir dela, o qual é capaz de gerar empoderamento e alterar estruturas de poder e de privilégio. Conforme Lin e Chen (2016) ressaltam, as inovações sociais podem se tornar sustentáveis e bem-sucedidas na medida em que envolvem múltiplos atores, que dialogam e se comprometem, colocando também a liderança como fator chave.

Os aspectos ressaltados caracterizam, em grande medida, os processos de inovação social. É relevante, ainda, indicar que são identificadas diferentes linhas interpretativas sobre o tema, as quais são brevemente sumarizadas adiante.

2.1 Abordagens acerca das inovações sociais

Shokley (2015) ressalta que existem atualmente duas correntes de pesquisa sobre inovação social. De um lado, encontra-se a literatura (posteriormente, Moulaert e MacCallum (2019) chamaram de “tradição”) euro-canadense de economia social, e, do outro, a literatura empresarial anglo-americana. Além disso, é importante considerar os trabalhos desenvolvidos por autores latino-americanos.

De acordo com a visão euro-canadense e seus representantes, existem três características que são genéricas e inter-relacionadas, as quais reconhecem e conectam diversas dimensões da vida humana, e criam uma ponte entre a descrição de práticas e o constructo teórico existente.

A primeira dimensão se refere à satisfação de necessidades humanas. Moulaert et al. (2005) assinalam que, tendo em vista a relevância dos fatores temporais e locais, determinadas necessidades humanas deixam de ser enfrentadas por ser muito cedo ou muito tarde para concebê-las como importantes pelo Estado ou pelo mercado. A reconfiguração das relações sociais é a segunda característica apresentada. A mudança se dá nos mecanismos de governança e de participação de diferentes grupos da sociedade na busca pela mitigação das mazelas sociais. Finalmente, a terceira característica se liga ao empoderamento e à mobilização política. A elevação das capacitações sociopolíticas dos agentes pode alterar as relações de poder no contexto das inovações sociais e, segundo Moulaert (2009), as comunidades locais poderiam ter um maior controle e uma construção democrática de sua própria governança.

A formulação de práticas de inovação social passa ainda pelos temas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Nicolescu (2014) esclarece que a primeira trata do compartilhamento de métodos entre disciplinas, estando no âmbito da pesquisa disciplinar; e a segunda se refere à extrapolação dos limites dessa modalidade de pesquisa, referindo-se a aspectos que estão dentro e fora das disciplinas, com o objetivo de compreender o mundo. Esses dois elementos caracterizam a pesquisa e as ações ligadas à inovação social.

É entendido que, para contribuir com o aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos, não é suficiente o conhecimento presente em disciplinas isoladas (MOULAERT; MACCALLUM; HILLIER, 2013). A pesquisa que se desenvolve no âmbito da inovação social é dedicada a gerar mudanças substantivas para as comunidades que afeta, devendo se nutrir do conhecimento que é produzido socialmente (MOULAERT; VAN DYCK, 2013).

Já a tradição empresarial anglo-americana trata da inovação social como algo que ocorre em diversos setores, e tomadas como processos. Elas são entendidas como inovações que são sociais nos seus fins e nos seus meios (MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Phills, Deiglmeier e Miller (2008) indicam que uma inovação social se materializa de diversas formas, podendo resultar em novos produtos, processos, tecnologias, princípios, ideias, legislações, movimentos sociais, intervenções, e até mesmo uma combinação entre duas ou mais formas. A inovação social tomada como uma forma de enfrentar desafios sociais é predominantemente prática, resultando não puramente de uma reflexão acadêmica, mas de “pessoas fazendo coisas de novas maneiras” (EUROPEAN COMMISSION, 2014, p. 10, tradução nossa).

O processo de inovação social, ainda segundo Mulgan et al. (2007), tem como fator importante a interação entre os indivíduos, os movimentos sociais e as organizações. Os autores têm claro que as mudanças sociais dependem, fundamentalmente, de alianças criadas entre diversos atores, com foco no que eles chamam de “abelhas” (pequenas organizações, pessoas e grupos que detêm novas ideias) e as “árvores” (grandes organizações com poder e dinheiro para colocar em prática as novas ideias). Uma peculiaridade importante dessa literatura é a identificação de etapas² – as quais não são concebidas de forma linear –, que são fortemente marcadas por componentes de *feedback*, tornando o processo parecido com múltiplas espirais.

² As citadas etapas são: 1) instruções, inspirações e diagnósticos; 2) formulação de propostas e ideias; 3) protótipos e projetos pilotos; 4) sustentação da ideia; 5) escala e difusão; 6) mudança sistêmica.

Ainda é relevante considerar as obras desenvolvidas sobre o tema por autores latino-americanos, com contribuições de entidades locais, como a Rede de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil (FUNDAÇÃO BB, 2023). O conceito de inovação social por vezes se aproxima com o que se denomina “tecnologia social”³. Entretanto, não há consenso se os termos podem ser entendidos como sinônimos. Essas tecnologias, que se vinculam com os atores e com o local em que são implementadas, podem ser tratadas como métodos, técnicas, e produtos que carregam uma lógica mais sustentável e solidária. Elas são desenvolvidas para contribuir com o processo de inclusão social, e construídas de forma participativa, buscando enfrentar problemas sociais (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004; JESUS; COSTA, 2013).

A transformação social é o grande objetivo das referidas tecnologias. Deve-se ter claro que esse processo é, fundamentalmente, um processo político. As tecnologias sociais, ao partirem de um processo participativo, coletivo e democrático, acabam por gerar as mudanças através do rearranjo dos recursos por parte dos grupos sociais envolvidos (POZZEBON; TELLO-ROZAS; HECK, 2017).

Baumgarten (2007, p. 291) esclarece que as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a emancipação social, e fazem emergir “uma nova relação entre produção/acumulação/distribuição de renda”. Ligadas a demandas concretas de uma determinada sociedade, as tecnologias sociais são capazes de ser reaplicadas, podendo ser difundidas, ainda que expostas a adaptações.

Os conceitos abordados podem ser observados em diversas iniciativas. No Brasil, ressalta-se, por exemplo, a implantação de cisternas no Semiárido (GOMES, 2014), o orçamento participativo em Porto Alegre (NOVY; LEUBOLT, 2005), e o caso Light Recicla na Favela de Santa Marta – Rio de Janeiro (CIPOLLA; MELO; MANZINI, 2015).

³ O conceito adotado no presente trabalho difere da concepção de “social technology”, cunhada por Nelson e Sampat (2001), que se refere à ideia de que as tecnologias possuem uma dimensão física, e uma social, sendo essa segunda fortemente relacionada com a forma que os agentes organizam a produção.

2.2 Os papéis das universidades no contexto das inovações sociais

Levando em consideração a indicação na literatura citada de que diversos agentes participam da construção das soluções, investiga-se de que forma as instituições de ensino superior podem contribuir. A literatura salienta que, com o passar dos séculos, as universidades assumem diferentes funções, ampliando suas formas de atuação (AROCENA; GÖRANSSON; SUTZ, 2017; GOURLEY, 2012; CASSIOLATO et al., 2018). Hoje, é entendido que essas instituições possuem três “missões”: o ensino, a pesquisa e a “terceira missão”.

Bayuo, Chaminade e Göransson (2020) sublinham que as interações das universidades com a sociedade ocorrem no escopo das missões. No ensino, isso ocorre na medida em que os currículos adotam abordagens interdisciplinares e interativas, além de se adotar abordagens voltadas aos problemas da sociedade. Já a pesquisa pode ser realizada observando as necessidades que se encontram no espaço social. E a terceira missão concentra as iniciativas que envolvem a relação universidade-sociedade.

O ideal de existir uma “terceira missão” das universidades está ligado às crescentes demandas dos agentes externos, resultando em vasto número de atividades a serem desempenhadas, uma vez que esses agentes externos podem ser grupos sociais, empresas, organizações não governamentais, entre outros. Conforme Montesinos et al. (2008), a terceira missão pode ser segmentada em social (provisões/contribuições para a sociedade, a custo baixo ou nulo), empreendedora (desenvolvimento de serviços para a sociedade, empresas, outras instituições, etc., visando diversificar sua renda), inovadora (serviços, produtos e processos desenvolvidos pelas instituições de ensino).

Montesinos et al. (2008) apontam ainda que cada instituição deve encontrar um equilíbrio entre as três missões, não destinando todos os seus recursos para apenas um foco. As atividades serão desempenhadas levando em consideração o perfil socioeconômico em que cada instituição se localiza. Logo, as universidades não

apresentarão um comportamento homogêneo em relação às suas missões: cada uma delas possui perfis institucionais, que são compatíveis com a realidade em que estão inseridas (MONTESINOS et al., 2008; MORA; SERRA; VIEIRA, 2018). Além disso, Benneworth et al. (2013) ressaltam que existem grupos cujos interesses diferem – e, por vezes, competem – que influenciam as formas como serão exploradas as missões.

Um desafio posto para as universidades é, conforme Benneworth (2013), o de demonstrar a sua relevância direta para os grupos sociais, esclarecendo que os benefícios para a sociedade não são restritos à graduação e pessoas e à geração de inovações tecnológicas. O autor apresenta as formas como as universidades podem interagir com a sociedade, através do seu engajamento com as comunidades. São elas: “universidade coloca instalações à disposição da comunidade”, “universidade executa pedidos feitos pela comunidade”, “universidade envolvida na análise das necessidades da comunidade”, “universidade analisa problemas a pedido da comunidade” e “universidade oferece uma solução em nome da comunidade” (BENNEWORTH, 2013, p. 22, tradução nossa)

Considerando essas formas de interação, Benneworth (2013) elenca os papéis que as universidades podem exercer no âmbito da sua terceira missão:

- Papel de prover recursos para a comunidade: as universidades disponibilizam aos grupos sociais seus recursos físicos (laboratórios, equipamentos, instalações) e humanos (professores e alunos contribuindo ativamente);
- Papel de transmitir o conhecimento para comunidade: as universidades oferecem treinamentos ocupacionais, educação continuada, cursos e palestras para os agentes da sociedade;
- Papel de prestar serviços para a comunidade: os agentes da universidade oferecem serviços às comunidades, que podem ter sido explicitamente solicitados pela sociedade, estabelecendo contratos formais e/ou agindo como experts externos;

- Papel de prover soluções para os problemas da comunidade: a universidade tem autonomia e liberdade para oferecer respostas às necessidades que os grupos sociais apresentam, ainda que não tenham sido explicitamente solicitadas;
- Papel de agir em nome da comunidade: a universidade apresenta uma resposta para uma questão específica, em nome da sociedade.

Para o desempenho desses papéis e enfrentamento dos desafios, ainda segundo esse autor, há troca de saberes entre as instituições de ensino superior e os grupos sociais envolvidos e diferentes formas de conhecimento são combinadas (interdisciplinaridade e transdisciplinaridade) (BENNEWORTH, 2013).

Lederer e Seasons (2005) notam que as parcerias que se desenvolvem entre as universidades e a sociedade em que se inserem podem variar de acordo com a escala dessas alianças e da própria estrutura organizacional que os elos possuem. A geração de relacionamentos do tipo colaborativo entre as universidades e os outros agentes se coloca como uma vantagem, uma vez que acabam por ajudar a identificar os problemas, além de pensar em resoluções para eles. Dessa forma, as instituições de ensino superior devem ser palcos para que sejam discutidos os problemas da sociedade (DORSA, 2019). Vale considerar, entretanto, que quantificar a forma que essas interações geram benefícios para o desenvolvimento econômico e social não se apresenta como tarefa fácil, uma vez que algumas iniciativas não são captadas pelos indicadores disponíveis (ELLIOTT, 2013; ESKO; TUUNAINEN; MIETTINEN, 2012).

Mora, Serra e Vieira (2018) sublinham que a ideia de dispor os recursos das universidades, à serviço da comunidade, tem sido ofuscada, muitas vezes, pela busca por excelência em pesquisa, que pode ser desconectada das demandas da sociedade.

Finalmente, a partir dessas considerações, entende-se que no âmbito da sua terceira missão, a partir das suas atividades de extensão, as universidades podem contribuir para a geração de inovações sociais. Isso se dá na medida em que as universidades representam agentes importantes para a resolução de problemas sociais,

fornecendo recursos e métodos para a promoção do bem-estar no ambiente em que se inserem. Vínculos com a sociedade são criados e saberes de diversas disciplinas e de fora delas são levados em conta, buscando atender necessidades humanas e empoderar os agentes da sociedade.

2.2.1 Ações de extensão universitária

Rodrigues et al. (2013) sublinham que uma modalidade relevante para a consolidação da relação universidade-sociedade é a extensão universitária. Isso porque visa efetivar o compromisso social das instituições de ensino superior e é capaz de gerar conhecimento para as duas pontas da relação universidade-sociedade, fortalecendo-a.

As ações ligadas à extensão universitária se manifestaram pela primeira vez no Brasil através da Universidade de São Paulo, em 1911, e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, na década de 1920. Movimentos também foram realizados pela União Nacional dos Estudantes, nas décadas de 1950 e 1960. Em 1966, são criados o Projeto Rondon e o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária, exemplos de atividades que carregam esse sentido. É relevante a promulgação da lei número 5540 de 1968, a chamada Lei Básica da Reforma Universitária, uma vez que ela indica que as universidades estenderão suas atividades para as comunidades. Em 1974, é criada a Coordenação das Atividades de Extensão, que produziu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Já na aurora da redemocratização, as ideias de ensino, pesquisa e extensão foram reelaboradas, e é criado em 1987 o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Em 1988, a Constituição estabelece como indissociáveis as atividades de ensino, pesquisa e extensão (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012).

Desde a sua criação, o FORPROEX busca desenvolver planos e programas para a extensão universitária. Dentre os quinze objetivos

apresentados em documento formulado pelo Fórum em 2012, destaca-se a ideia de que a extensão universitária pode contribuir para a solução de problemas postos na realidade brasileira, estimulando a criação de relacionamentos entre as instituições de ensino superior e a sociedade, criando mecanismos para a ampliação e compartilhamento dos saberes, levando em consideração a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Em 18 de dezembro de 2018, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira através da Resolução número 7/2018, bem como regimentou a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Estabeleceu-se que a extensão universitária é um

[...] processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 2).

Essa regulamentação indica que a extensão deve gerar um diálogo com a sociedade, compartilhando saberes, de forma integrada aos currículos. O Artigo 4º estabelece que a extensão universitária deve representar, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação, em consonância com a Meta 12.7 supracitada. Sublinha-se que a resolução enfatiza a vinculação entre ensino, pesquisa e extensão,⁴ de forma a contribuir para uma formação do estudante como “cidadão crítico e responsável”.

⁴ Rodrigues (2006, p. 86) enfatiza que a distribuição da carga horária dos docentes é inferior no que tange à extensão, dando-se maior ocupação para a docência e a pesquisa. A Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, por exemplo, enfatiza as atividades de docência, estimulando que os professores migrem para essa atividade. Já a pesquisa ocupa papel de destaque em função da “projeção da carreira do docente perante à universidade e, principalmente, perante os órgãos de financiamento de pesquisa”.

3. Procedimentos metodológicos

No que tange à pesquisa empírica, realizou-se uma *survey*, através da consulta a coordenadores de ações de extensão concebidas na UFRGS. Foi realizada a aplicação de um questionário estruturado, com auxílio de uma ferramenta eletrônica, entre 04 de janeiro de 2021 e 14 de janeiro de 2021. O questionário foi endereçado a 620 indivíduos, responsáveis por 912 Ações de Extensão da Universidade.

A seleção da amostra se deu a partir da consulta ao Catálogo de Ações de Extensão da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020b). Esse catálogo apresenta 47 modalidades de ação. Dentre essas, selecionou-se aquelas incluídas nas modalidades cujas ações potencialmente tinham a participação de agentes externos na sua construção: “Ação Social e Comunitária”, “Assessoria e Atendimento”, ou “Consultoria”, realizadas entre 30 de maio de 2016 e 30 de maio de 2020. A aplicação do questionário se deu após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (Sistema CEP/CONEP)⁵.

Cinquenta e nove coordenadores de ações responderam o questionário, não existindo mais de uma resposta por indivíduo. Esse valor representa 9,52% do total de indivíduos contatados, e 6,47% das ações de extensão selecionadas. É importante pontuar, portanto, que a pesquisa representa uma amostra das ações de extensão desenvolvidas na universidade, e não a sua totalidade.

A formulação do questionário foi inspirada pela metodologia de dois trabalhos. Primeiramente, levou-se em consideração o trabalho de Kruss et al. (2012), responsável por mapear as formas adotadas pelas universidades sul-africanas para estabelecer interações com agentes extramuros. A segunda inspiração se relaciona à primeira fase empírica do *Projeto Social Innovation: Driving Force of Social Change* (SI-DRIVE), desenvolvido no contexto do Sétimo Programa-Quadro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Comunidade Europeia.

⁵ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 40392820.7.0000.5347. Aprovado em 22 de dezembro de 2020.

Ele se debruçou sobre inovações sociais em nível micro, conceituadas como “uma implementação única e concreta de uma solução para responder às demandas sociais, desafios sociais ou mudança sistêmica” (KRÜGER et al., 2018, p. 8, tradução nossa).

As perguntas foram formuladas a partir de cinco dimensões-chave, que afetam o potencial dessas inovações, seu escopo e seu impacto:

- Descrição de conceitos e de entendimentos ligados ao tema das inovações sociais;
- Base e a direção das iniciativas para demandas sociais e desafios da sociedade;
- Análise dos recursos, capacidades e barreiras apresentadas para a implantação de práticas de inovação social, incluindo a construção de capacidades, o empoderamento dos agentes e seus conflitos;
- Incorporação da governança, das redes e dos atores;
- Diferentes fases do processo dinâmico de inovação social.

O questionário compreendeu questões objetivas (com exceção de uma, na qual o respondente deveria descrever o principal objetivo da ação). O processo de análise dos resultados se dividiu em duas etapas a partir de estatística descritiva. Em um primeiro momento, foi realizada a caracterização da amostra a partir de perguntas objetivas, descrevendo 1) o tipo da ação; 2) a área de conhecimento; 3) o enquadramento temático; 4) os agentes que participam; 5) a vinculação com ensino e pesquisa.

A segunda etapa analisou respostas de questões do tipo escala Likert de quatro pontos. Considerou-se o Índice de Média Ponderada (IMP, Weighted Average Index - WAI no original), conforme a Equação 1, para a análise dos dados coletados:

$$IMP = \frac{\sum_{i=1}^4 F_i W_i}{N} \quad (1)$$

Sendo F_i a frequência em que determinada resposta é escolhida, W_i um valor de 1 a 4, que corresponde à determinada resposta, e N o número total de respostas. Dessa forma, foi possível verificar de que forma as características mapeadas a partir do questionário estão presentes nas ações de extensão. O valor do IMP varia de 1 a 4, sendo igual a 1 quando todas as respostas para determinada alternativa foram “1 - De modo nenhum”, e 4 quando todas as respostas foram “4 - Em grande escala”. Assim, quanto maior o valor do índice, mais determinada característica se mostra presente no caso das ações de extensão mapeadas.

4. Apresentação e discussão de resultados

As informações obtidas a partir da *survey* são sumarizadas e analisadas adiante.

4.1 Caracterização das ações de extensão

Na UFRGS, é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão o acompanhamento das atividades que visam promover relações sociais e culturais, bem como dialogar com a sociedade, reforçando o seu compromisso social.

Oito macro eixos orientam as ações de extensão desenvolvidas na Universidade, as quais são aliadas ao ensino e à pesquisa. São eles: educação, saúde, cultura, tecnologia e produção, direitos humanos e justiça, meio ambiente, comunicação e trabalho. Somente dois eixos englobam 59% das ações desenvolvidas em 2019: educação (32,5%) e saúde (26,7%) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020a). Quanto aos formatos dessas ações, a Resolução nº 75/2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRGS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021), as classifica como “programas”, “projetos”, “eventos” e “cursos”⁶.

⁶ Os Programas têm um escopo maior; abrangem um conjunto diverso de atividades. São executados a médio e longo prazo (mínimo 36 e máximo 60 meses). Já os Projetos envolvem atividades com objetivo específico e duração máxima de 24 meses. Informações detalhadas quanto ao enquadramento em cada uma das modalidades, bem como suas formas de oferta e suas respectivas cargas horárias podem ser verificadas em Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021).

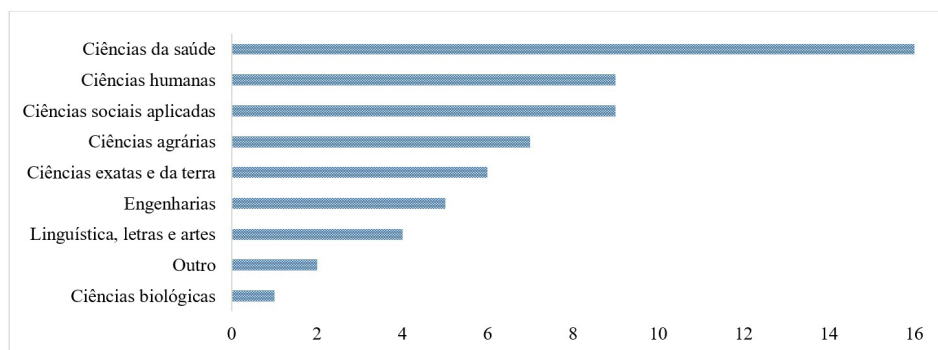
Do total das 59 ações mapeadas: 42 se enquadram como “projetos”, 16 como “programas” e uma como “evento”.

Com relação às áreas de conhecimento das ações (Gráfico 1), o maior número é proveniente das Ciências da Saúde, seguidas pelas Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

No que se refere aos temas das ações de extensão, 24 enquadram-se no tema Educação e/ou formação continuada. As demais vinculam-se aos temas de Saúde e seguridade social (9 ações), Meio ambiente e mudança climática (4 ações); Redução da pobreza e desenvolvimento sustentável (3 ações); Manifestações culturais (2 ações); Geração, manutenção e qualificação do emprego; ambiente de trabalho; empreendedorismo (2 ações); e Migração (1 ação). Ademais, 14 ações não fazem parte de nenhum dos enquadramentos temáticos sugeridos no questionário.⁷

Todas as ações mapeadas têm docentes envolvidos. 53 envolvem também alunos da graduação e 38, alunos da pós-graduação. 40 delas têm ligação formal com membros da sociedade civil (seja como público alvo ou participando na construção das ações). O número de indivíduos da sociedade participantes por ação varia de forma considerável.

GRÁFICO 1
Número de ações de extensão por área de conhecimento. Ações que compreendem áreas interdisciplinares foram enquadradas em “Outro”.



Fonte: elaborado pelas autoras.

⁷ Temas diversos foram citados: prestação de serviços; saúde animal; direitos humanos e justiça/educação; esporte como inclusão social e desenvolvimento pessoal; gênero na ciência e tecnologia; direitos humanos e do trabalho; direitos humanos; desenvolvimento rural; educação para a saúde; assistência jurídica às populações vulneráveis; desenvolvimento regional; comunicação e artes visuais; e racismo e relações raciais.

Há uma ação que chega a envolver 2000 representantes da sociedade civil; outra, 1000; mas muitas outras contam com até 10 pessoas. Por fim, cabe pontuar que apenas 12 ações relataram envolver membros do governo.

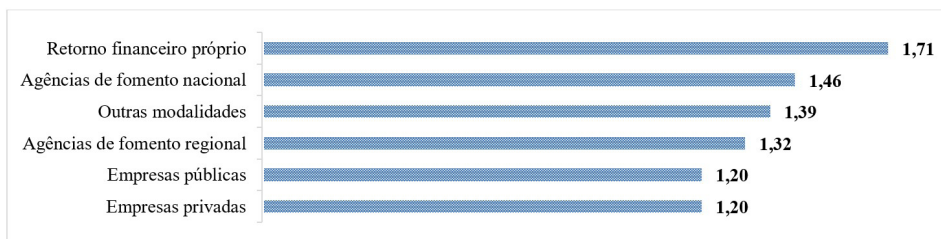
Das ações mapeadas, 28 são relacionadas tanto a atividades de pesquisa, como de ensino. Dez vinculam-se apenas à primeira, e nove apenas à segunda. Além disso, 12 dos respondentes afirmaram não existir um vínculo direto com ensino e pesquisa por parte da ação.

Considerando os índices apresentados no Gráfico 2, verifica-se que os recursos provenientes do retorno financeiro dos próprios produtos e serviços desenvolvidos e aqueles aportados por agências de fomento nacionais são as formas mais usuais para garantir a realização das ações. Os coordenadores informaram que as fontes são escassas. Não por outro, que 22 das 59 ações mapeadas não contam com nenhuma forma de financiamento; o que pode explicar ser esse o obstáculo indicado como o mais relevante para o enfrentamento da necessidade social identificada na atividade de extensão proposta (conforme indicado no Gráfico 3).

Todos os respondentes relataram enfrentar algum obstáculo para o desenvolvimento da ação (Gráfico 3), em maior ou menor medida. No caso de 49 ações, a falta de financiamento é o principal obstáculo.

Ao se comparar as duas áreas de conhecimento com maior proporção de respostas, nota-se que as Ciências Sociais aplicadas relatam que a falta de financiamento é um obstáculo muito frequente vis-à-vis a área da Saúde.

GRÁFICO 2
Formas de financiamento das Ações.



Fonte: elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 3
Obstáculos para o enfrentamento da necessidade social identificada.



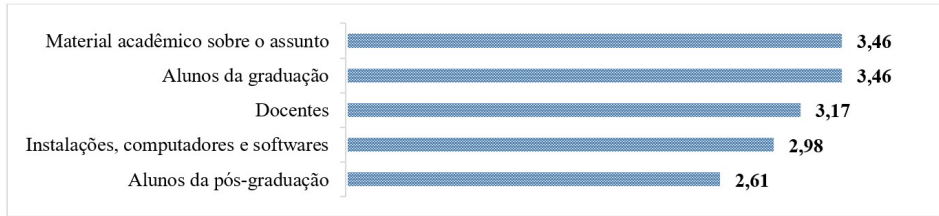
Fonte: elaborado pelas autoras.

O segundo maior obstáculo é a burocracia para levar a cabo a ação. Também é relatada a existência de um número insuficiente de participantes, seja da universidade seja de fora dela para apoiar o desenvolvimento da ação.

A assimetria de informações também se apresenta como uma barreira para 30 dos respondentes. A falta de compromisso de agentes de fora da universidade e a falta de clareza acerca do problema social são barreiras de escala reduzida. Já os menores obstáculos são as restrições legais e a falta de compromisso por parte dos agentes da universidade e problemas de oposição política.

Sobre recursos físicos e humanos, o Gráfico 4 indica que os respondentes relataram que contam, com maior frequência, com materiais acadêmicos que são adequados para a realização de pesquisas sobre os temas envolvidos na ação. O apoio de alunos da graduação também se coloca como um importante recurso. Como já ressaltado na caracterização das ações, os docentes também estão envolvidos em todas as ações, mas essa participação se dá em menor escala quando comparada aos alunos de graduação. Dentre as opções apresentadas, os recursos disponíveis em menor escala são as instalações, computadores e softwares, seguidos pelo envolvimento de alunos da pós-graduação, que não ocorre em 13 das 59 ações.

GRÁFICO 4
Que recursos físicos e humanos disponíveis para o desenvolvimento da Ação.



Fonte: elaborado pelas autoras.

4.2 Extensão universitária e inovações sociais: é possível estabelecer uma ponte entre os dois temas?

No que tange aos possíveis papéis da universidade no âmbito de sua terceira missão, 21 coordenadores indicaram realizar, em alguma medida, todos os papéis listados adiante.

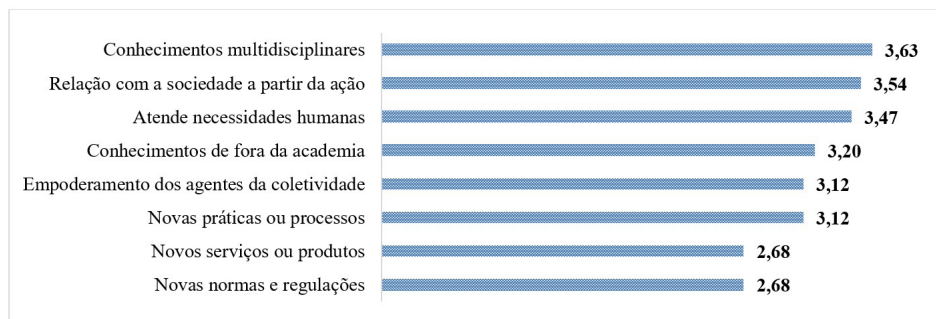
- Papel de prover recursos para a comunidade: 54 ações colocaram seus equipamentos, laboratórios e instalações a serviço da comunidade;
- Papel de transmitir o conhecimento para comunidade: em 48 casos é oferecida formação continuada e cultura para a comunidade. Também foi ofertado treinamento profissional para a comunidade em 45 ações;
- Papel de prestar serviços para a comunidade: a Universidade estabeleceu um contrato formal com a sociedade em 37 casos, e agiu como um expert externo em 44 ações;
- Papel de provedor soluções para os problemas da comunidade: em 47 ações, a Universidade ofereceu serviços para a comunidade que foram explicitamente solicitados e se envolveu no desenvolvimento de soluções, a pedido da comunidade, tendo autonomia e liberdade para fazer sugestões em 49 das ações;
- Papel de agir em nome da comunidade: as ações de extensão desenvolvidas ofereceram soluções em nome da comunidade em 36 das 59 ações mapeadas.

Levando em conta a literatura acerca das inovações sociais, buscou-se identificar nas ações mapeadas características identificadas nos conceitos (Gráfico 5). Primeiro, os coordenadores de todas as ações mapeadas relatam fazer uso de conhecimentos presentes em múltiplas disciplinas. Segundo, todas ações mapeadas calcam-se na interação com a sociedade, sendo que 38 relatam que essa característica é identificada muito frequentemente. Terceiro, todas as ações também buscam, em alguma medida, atender necessidades humanas – são várias as necessidades citadas nos objetivos das ações, relacionadas com questões jurídicas, de educação, de saúde humana, saúde animal, entre outras. Os índices de média ponderada desses três aspectos se aproximam de quatro, indicando que essas características – que se ligam fortemente ao tema das inovações sociais – estão presentes no desenvolvimento das ações de extensão mapeadas.

A transdisciplinaridade também se coloca como uma característica marcante, uma vez que 55 das 59 ações relatam sua presença em menor ou maior escala. Como exemplo, tem-se o desenvolvimento de estratégia de extensão que articula programas do direito, educação e psicologia em ações interdepartamentais e interdisciplinares no atendimento de adolescentes em medida socioeducativa e na formação de equipes.

Além disso, a busca por empoderar os agentes da coletividade é relatada em 54 ações, tendo sua ocorrência relatada em 44 ocasiões como eventualmente ou muito frequentemente. Como atividade que apoia a autonomia está a assistência ao desenvolvimento de sistemas

GRÁFICO 5
Características da Ação de Extensão.



Fonte: elaborado pelas autoras.

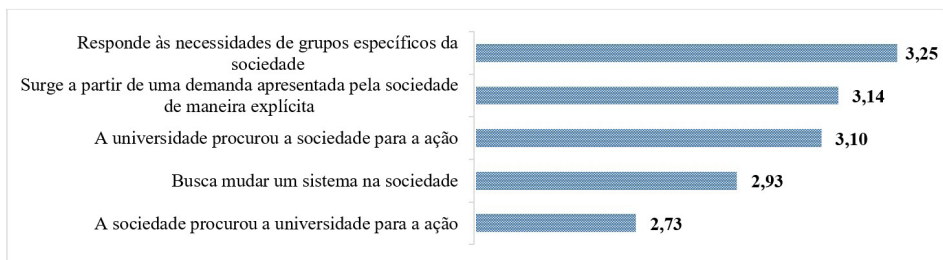
de produção agrícola, com finalidade de geração de emprego e renda e manutenção/melhoria da qualidade de recursos naturais. A atividade de capacitar a sociedade sobre como usar modelos hidrológicos visa também habilitar os envolvidos a melhor lidar com a questão ambiental e gerir seus recursos hídricos. Assim como auxiliar no recálculo de dívidas e realizar educação financeira visa promover emancipação individual.

Também vale frisar que há a intenção de gerar inovações, no contexto dessas ações. O desenvolvimento de novas práticas e processos ocorre em 57 ações, sendo 25 relatando que isso ocorre muito frequentemente. A criação de novos serviços ou produtos, e de novas normas e regulações apresentam o mesmo índice (IMP = 3,12). Entretanto, a primeira ocorre em 54 casos, na medida em que a segunda ocorre em 48 casos.

As inovações sociais são desenvolvidas para dar respostas aos desafios e necessidades que estão presentes na sociedade ou em determinadas coletividades. Nesse sentido, buscou-se aprofundar de que forma as ações de extensão se relacionam com essas necessidades, em uma tentativa de compreender como as demandas são identificadas, e se há intenção explícita em alterar a realidade de grupos específicos e/ou da sociedade.

Investigou-se como se dá a relação da ação com as necessidades da sociedade (Gráfico 6). Levando em consideração também o alcance das iniciativas, 55 dos 59 coordenadores de ações de extensão relataram que, em alguma medida, suas atividades respondem às necessidades de grupos específicos da sociedade. Nesta direção, ocorrem atividades de avaliação da saúde de grupos em vulnerabilidade social e assessoria jurídica para imigrantes e refugiados.

GRÁFICO 6
Relação da Ação com as necessidades da sociedade.



Fonte: elaborado pelas autoras.

53 relataram intentar alterar algum sistema na sociedade – como economia, educação, política, etc. Aponta-se que 56 coordenadores relataram que a ação se desenvolve, em alguma medida, em função de uma demanda apresentada pela sociedade de maneira explícita. No entanto, apenas 25 relatam que isso ocorre em grande escala.

De maneira geral, a universidade busca realizar os contatos com a sociedade, sendo buscada em menor proporção. Isso é demonstrado pela diferença entre os índices: ao se mapear se a Universidade procura atores da sociedade para o desenvolvimento da ação, é obtido um índice de 3,10, sendo frisado que em 27 ações essa característica ocorre em grande medida. Já a alternativa que questiona se a sociedade procura a universidade obteve um IMP de 2,73, com 19 respondentes indicando que isso ocorre em grande medida.

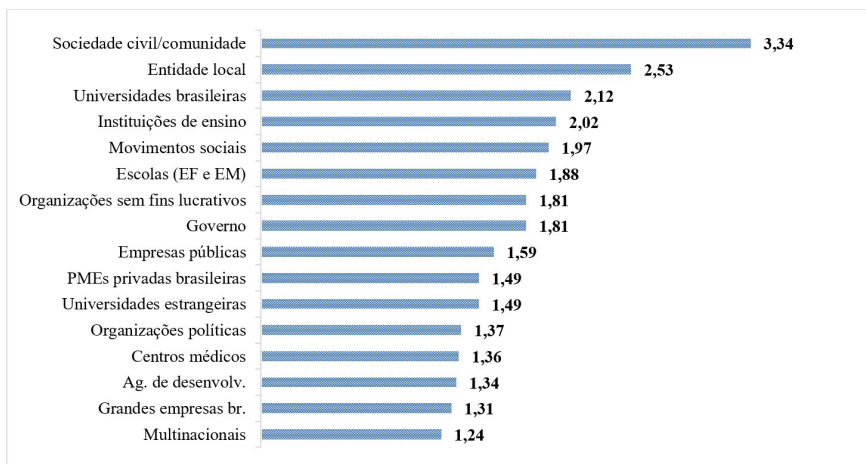
A formação de redes entre diversos atores – com ênfase nos que fazem parte da academia – é fundamental para o desenvolvimento de inovações com objetivos sociais. Portanto, buscou-se compreender com quais agentes o elo “universidade” interage para o desenvolvimento das ações de extensão.

Em todas as ações de extensão mapeadas há, em alguma medida, vínculos com atores externos. Como pode ser notado no Gráfico 7, dos 59 coordenadores que responderam a pesquisa, apenas três relatam que as ações não possuem vínculos com a sociedade civil/comunidade, sendo que 35 das ações relatam que essa interação ocorre muito frequentemente. Entidades locais específicas e movimentos sociais figuram entre os atores com grandes interações. As ações mapeadas indicam, portanto, que a relação universidade-sociedade pode estar sendo fortalecida através da extensão universitária. Dá-se ênfase, ainda, para as interações estabelecidas com outras universidades brasileiras, bem como com outras instituições de ensino. Em contrapartida, é importante ressaltar uma interação relativamente menor das ações de extensão com empresas públicas e privadas.

Investigou-se também a partir de quais mecanismos a interação entre o grupo proponente da ação (universidade) e a sociedade se materializam (Gráfico 8). O principal mecanismo de interação relatado pelos coordenadores foi a “provisão de serviços”, seguida pelas opções

“ensino para cidadãos da comunidade” e “projetos de compartilhamento de conhecimento com a comunidade”. O monitoramento e a avaliação das necessidades sociais ocorreram eventualmente ou muito frequentemente em 32 ocasiões. Os projetos e as pesquisas colaborativas, co-criadas com a comunidade, estiveram presentes, em alguma medida, em 42 ações, na medida em que as pesquisas realizadas sobre a sociedade, com o feedback dela, foram relatadas por 45 ações.

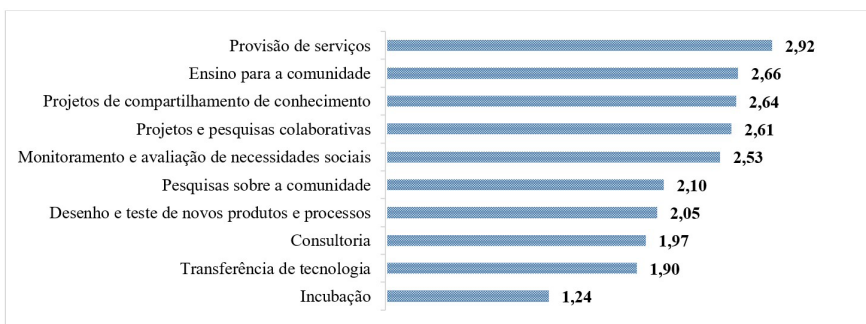
GRÁFICO 7
Atores externos envolvidos na Ação de Extensão.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Nota: os nomes de alguns atores foram abreviados para melhor visualização. São eles: Escolas (ensino fundamental e ensino médio) – Escolas (EF e EM); Agências de desenvolvimento – Ag. de desenvolv.; Grandes empresas brasileiras – Grandes empresas br.

GRÁFICO 8
Mecanismos de interação entre a universidade e a sociedade.

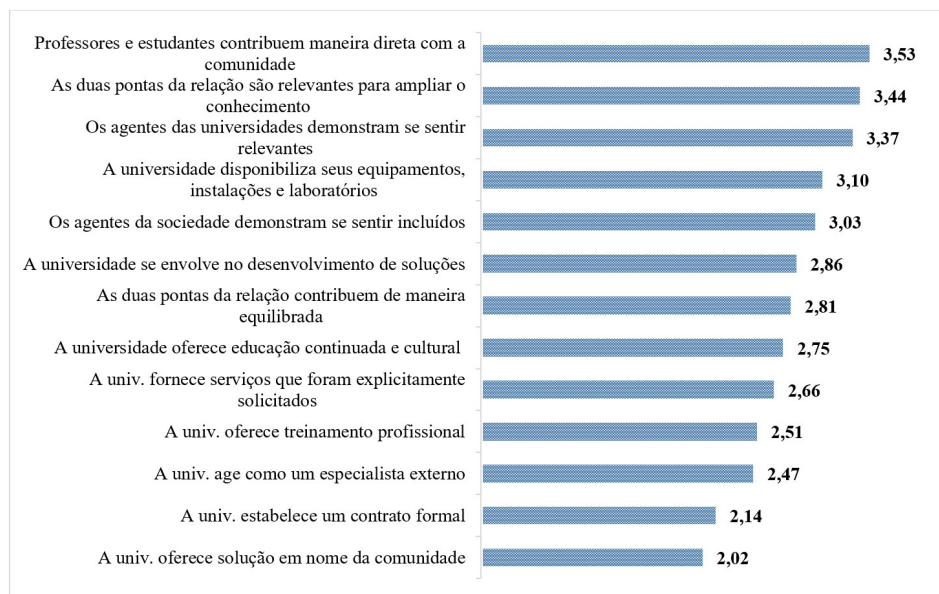


Fonte: elaborado pelas autoras.

Buscou-se ainda mapear se existe a troca de conhecimentos entre os membros externos e a Universidade (Gráfico 9). Identificou-se que, para 55 dos respondentes, as duas pontas da relação são relevantes para ampliar o conhecimento, em alguma medida. Além disso, 52 coordenadores afirmam que as duas pontas da relação contribuem de maneira equilibrada para o desenvolvimento da ação. Na percepção dos coordenadores, os agentes da sociedade parecem se sentir incluídos no atendimento das suas necessidades na maioria dos casos, e os agentes da Universidade demonstram se sentir relevantes em todos.

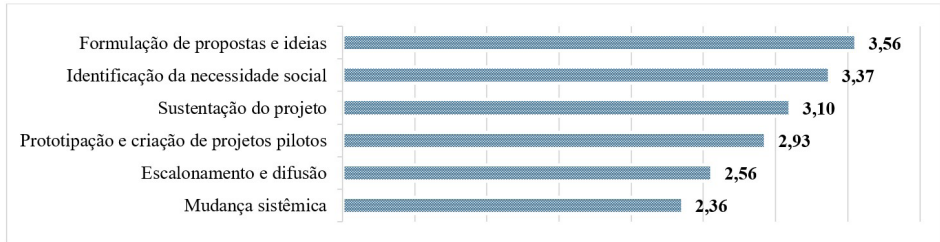
Foram citadas, anteriormente, etapas pelas quais o processo de inovação social pode passar. Buscou-se notar essas etapas no campo das iniciativas, tendo em mente que a amostra coletada contém tanto ações finalizadas, como em andamento. Conforme se observa no Gráfico 10, a etapa de formulação de propostas e ideias foi enfrentada por 57 ações, sendo que 56 relatos indicam que isso ocorreu muito frequentemente ou eventualmente, com seu índice de média ponderada indicando que essa característica é marcante nas ações.

GRÁFICO 9
Características da interação no desenvolvimento da Ação.



Fonte: elaborado pelas autoras.

GRÁFICO 10
Etapas para o desenvolvimento da Ação de Extensão.



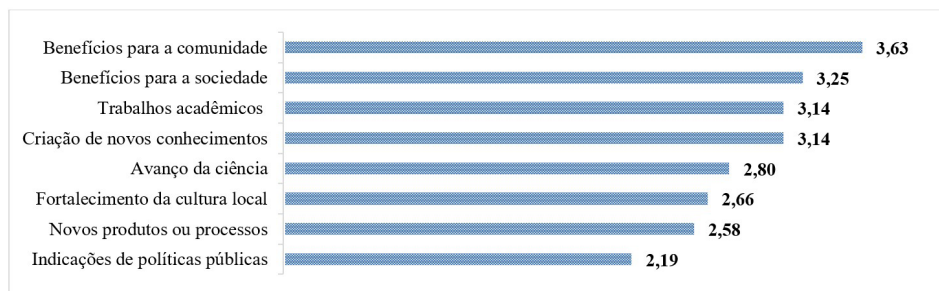
Fonte: elaborado pelas autoras.

A etapa de identificação da necessidade social também foi enfrentada por 57 ações de extensão dentre as 59 mapeadas, mas seu índice de média ponderada indica que sua frequência foi inferior à etapa anteriormente citada. A continuidade das ações, que se dá através de sua sustentação, esteve presente em 55 relatos, com 25 deles indicando que isso ocorreu com muita frequência.

A prototipação e a criação de projetos pilotos, momento em que as ideias são testadas, estiveram presente em 54 ações, sendo que 16 relatam que sua ocorrência se deu raramente. Em 50 ocasiões, foi relatada a existência de potencial para a ação se estender a outros grupos da sociedade, através da etapa de escalonamento e difusão, mas em 20 relatos isso ocorre em pequena escala. Por fim, a etapa menos relatada foi a de mudança sistêmica, presente em 46 ações, sendo que 20 se dão raramente. Além disso, 42 ações afirmam ter enfrentado, em alguma medida, todas as etapas listadas.

Por fim, foram mapeados os resultados já identificados a partir da ação. Na percepção dos seus coordenadores, todas as ações obtiveram resultados, o que se pode notar no Gráfico 11. É ressaltado que, em primeiro lugar, constam benefícios para a comunidade diretamente envolvida com o projeto, seguida de benefícios para a sociedade em geral, sendo que as 59 ações indicam que isso ocorreu, em alguma medida. Os objetivos das ações indicam que esses benefícios podem se materializar, por exemplo, através de atividades que promovam melhorias na saúde de grupos específicos da sociedade, do aprimoramento e troca de saberes em propriedades rurais, e da inclusão de indivíduos

GRÁFICO 11
Resultados das Ações.



Fonte: elaborado pelas autoras.

em situação de vulnerabilidade. Novos conhecimentos também foram gerados, bem como trabalhos acadêmicos, e avanço na ciência. Identifica-se, ainda, a existência de fortalecimento da cultura local, novos produtos e processos e indicações de políticas públicas.

4.3 Discussão dos resultados

A partir da *survey* confirmou-se que a extensão universitária abre espaço para o relacionamento da universidade com diferentes segmentos da sociedade, inclusive buscando solução aos seus problemas sociais.

A maior parcela das ações de extensão mapeadas vincula-se a outras atividades desempenhadas na universidade, o que vai ao encontro da ideia de indissociabilidade entre as três modalidades – ensino, pesquisa e extensão –, indicando ainda que as três missões se desenvolvem de maneira conjunta.

As respostas coletadas confirmam também que as atividades desenvolvidas na universidade são compatíveis com os papéis propostos para o cumprimento da sua terceira missão. Majoritariamente, identificam-se atividades ligadas aos papéis de provedora, seja de recursos (físicos ou humanos), seja de soluções para a comunidade envolvida no projeto.

É possível fazer um paralelo entre as ações de extensão mapeadas e as bases teóricas que caracterizam as inovações sociais.

Como se viu, essas são marcadas pela busca de respostas aos problemas e necessidades sociais, utilizando-se de saberes presentes em diversas disciplinas, e de fora delas, com foco no empoderamento dos agentes.

Achados da pesquisa caminham nesta direção. Grande parte dos coordenadores das ações pesquisadas indicou que existe a intenção de solucionar questões apresentadas pela sociedade, estabelecendo relações com seus membros, em especial com grupos específicos. Segundo os coordenadores, a interação se dá sobretudo com a sociedade civil/comunidade. Não se identificou vinculação relevante com governos ou empresas (públicas ou privadas).

Além disso, o desenvolvimento das ações é marcado pelo compartilhamento de saberes, sendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade características relatadas pelos coordenadores. Ainda para esses, a maior parte das atividades contribui para o empoderamento e autonomia dos envolvidos na ação, sobretudo via construção de capacidades, o que confirma a ideia de que a extensão universitária é capaz de gerar inovações sociais.

No entanto, em contrapartida, o conjunto de respostas obtido indica que a instrumentalização da extensão universitária se dá, principalmente, através da oferta de serviços e das práticas de ensino para a comunidade.

Assim, se por um lado, identifica-se a intenção de gerar benefícios para a sociedade em resposta às suas mazelas; por outro, é percebido que as ações se dão mais para a sociedade, do que construídas com ela. Corroborar esse entendimento o fato que os coordenadores indicam que sobretudo é a universidade que busca a sociedade e não vice-versa. Isso é um indicativo que a universidade oferta soluções de maneira mais intensa do que as constrói com a coletividade envolvida, ainda que, para os coordenadores, as duas pontas da relação universidade-sociedade sejam muito frequentemente consideradas como relevantes para a ampliação do conhecimento acerca do problema social.

Percebe-se assim que ao mesmo tempo em que as atividades de extensão oportunizam a promoção de inovações sociais, já que geram conhecimentos que empoderam os envolvidos nas atividades e viabilizam a reflexão sobre possíveis soluções a problemas da comunidade, não necessariamente asseguram uma construção coletiva, garantindo à sociedade um papel mais ativo.

5. Considerações finais

No Brasil, a interação entre sociedade e universidades se viabiliza fortemente através da extensão universitária. Essa se coloca como uma ferramenta para efetivar o compromisso que as instituições de ensino superior têm com a sociedade, socializando o conhecimento que é construído no seu interior, e cumprindo a sua terceira missão.

Neste contexto, o trabalho teve como objeto de estudo o papel da universidade, a partir das suas atividades de extensão, na promoção de inovações sociais. Para explorar essa temática as ações de extensão no contexto da UFRGS foram alvo de análise.

A contribuição do trabalho está em discutir temas pouco explorados na literatura econômica: as inovações de caráter social e a interação universidade-sociedade através das atividades de extensão. Embora o estudo tenha se debruçado sobre o caso de uma universidade em particular e a amostra de respondentes tenha sido pequena, o que impõe limitações ao alcance do trabalho, seus resultados trazem elementos para o debate.

Outros estudos empíricos precisam ser realizados para que novos aspectos e evidências sejam construídas sobre o engajamento social das universidades. Interessante seria observar universidades que atuam em contextos socioeconômicos e territoriais/regionais distintos. Vale investigar, por exemplo, se universidades que atuam em regiões menos desenvolvidas, distantes dos grandes centros urbanos, teriam uma atuação menos ofertista e suas comunidades um papel mais ativo na busca por soluções de seus problemas, vis-à-vis àquelas inseridas em regiões centrais.

De toda sorte, ações de extensão universitária devem ser estimuladas, de forma a fortalecer interações e transpor barreiras para a sua execução, criando sistemas de incentivo que visem estimular os agentes a se voltarem para a atividade. Ainda que exista mérito na adoção da regra que estabelece a carga horária mínima para a extensão universitária dentro dos currículos escolares, deve-se avançar em termos institucionais nesse tema. Nessa direção, cabe o desenvolvimento de políticas que considerem os impactos e o potencial que as ações dessa natureza têm sobre as comunidades.

Referências

- AROCENA, R.; GÖRANSSON, B.; SUTZ, J. Developmental universities in inclusive innovation systems: alternatives for knowledge democratization in the Global South. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.
- BAUMGARTEN, M. C&T na semiperiferia e inovação social: desigualdades, excelência e competitividade. In: MACIEL, M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: UNESCO/IBICT, 2007. p. 271-295.
- BAYUO, B. B.; CHAMINADE, C.; GÖRANSSON, B. Unpacking the role of universities in the emergence, development and impact of social innovations – a systematic review of the literature. *Technological Forecasting and Social Change*, Amsterdã, v. 155, p. 120030, 2020. <http://dx.doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120030>.
- BENNEWORTH, P. et al. The relationship of community engagement with universities' core missions. In: BENNEWORTH, P. (Ed.). *University engagement with socially excluded communities*. Enschede: Springer, 2013. p. 85-101. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-4875-0>.
- BENNEWORTH, P. *University engagement with socially excluded communities*. Enschede: Springer, 2013. *University engagement with socially excluded communities*, p. 3-31. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-4875-0>.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. <http://dx.doi.org/10.4013/csu.2011.47.1.01>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução número 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 09 abr. 2021.

- CASSIOLATO, J. E. et al. O papel das universidades e instituições públicas de ensino e pesquisa no desenvolvimento territorial sustentável: uma breve nota introdutória. Rio de Janeiro: RedeSist, 2018.
- CIPOLLA, C.; MELO, P.; MANZINI, E. Collaborative services in informal settlements: social innovation in a Pacified Favela in Rio de Janeiro. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. (Ed.). *New frontiers in social innovation research*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 128-142.
- CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale. Montreal: CRISES, 2003. (Collection Working Papers, 0314).
- CUNHA, J.; BENNEWORTH, P. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. In: EURA CONFERENCE, 2013, Enschede. *Anais...* Dortmund: European Urban Research Association, 2013. p. 1-31.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. et al. (Ed.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.
- DORSA, A. C. Repensando o papel das universidades: caminhos iniciais. *Interações, Campo Grande*, v. 20, n. 2, p. 341-343, 2019. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i2.2505>.
- ELLIOTT, G. Character and impact of social innovation in higher education. *International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning, Hong Kong*, v. 5, n. 2, p. 71-84, 2013.
- ESKO, T.; TUUNAINEN, J.; MIETTINEN, R. Social impact and forms of interaction between university research and society in humanities and social sciences. *International Journal of Contemporary Sociology, Auburn*, v. 49, n. 1, p. 17-46, 2012.
- EUROPEAN COMMISSION. Social innovation theory and research: a summary of the findings from TEPsIE. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPsIE). Bruxelas: TEPsIE/European Commission, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. Política nacional de extensão universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

FUNDAÇÃO BB – FBB. Brasília. Disponível em: <<https://transforma.fbb.org.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

GODIN, B. Social innovation: utopias of innovation from c. 1830 to the present. Montreal: Project on the Intellectual History of Innovation, 2012.

GOMES, J. Cisterna de placas: tecnologia social como política pública para o semiárido brasileiro. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2014.

GOURLEY, B. M. Higher education as a force for societal change in the twenty-first century. In: LYONS, A.; MCILRATH, L. M.; MUNCK, R. (Ed.). Higher education and civic engagement. Nova York: Springer, 2012. p. 31-39.

JESUS, V. M. B.; COSTA, A. B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, A. B. (Ed.). Tecnologia social e políticas públicas. Campinas: Fundação Banco do Brasil, 2013. p. 17-32.

KRÜGER, D. et al. Methodology: guidelines for defining and describing social innovations. Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2018.

KRUSS, G. et al. Academic interaction with social partners to economic and social development. Cidade do Cabo: HSRC Press, 2012.

LEDERER, J.; SEASONS, M. Understanding the university-community alliance: the Waterloo experience. Canadian Journal of Urban Research, Winnipeg, v. 14, n. 2, p. 237-260, 2005.

LIN, C. Y.-Y.; CHEN, J. The impact of societal and social innovation. Singapura: Springer, 2016. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-1766-7>.

MONTESINOS, P. et al. Third mission ranking for world class universities: beyond teaching and research. Higher Education in Europe, Bucareste, v. 33, n. 2-3, p. 259-271, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/03797720802254072>.

- MORA, J.-G.; SERRA, M.; VIEIRA, M. J. O engajamento social como motor do desenvolvimento regional: contribuição das universidades latino-americanas. In: SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. (Ed.). *Universidades e desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Ideia D, 2018. p. 123-154.
- MOULAERT, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. *Urban Studies*, Edinburgh, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005. <http://dx.doi.org/10.1080/00420980500279893>.
- MOULAERT, F. Social innovation: institutionally embedded, territorially (re)produced. In: MACCALLUM, D. et al. (Eds.). *Social innovation and territorial development*. Londres: Ashgate, 2009. p. 11-24.
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D. *Advanced introduction to social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice. In: MOULAERT, F. et al. (Eds.). *The International Handbook of Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 13-24.
- MOULAERT, F.; VAN DYCK, B. Framing social innovation research: a sociology of knowledge perspective. In: MOULAERT, F. et al. (Eds.). *The International Handbook of Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 466-480.
- MULGAN, G. et al. *Social innovation*. Bristol: Bristol University Press, 2007. <https://doi.org/10.2307/j.ctvs89dd3>.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. *The open book of social innovation*. Londres: National Endowment for Science, Technology and the Art, 2010.
- NELSON, R. R.; SAMPAT, B. N. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. *Revista de Economia Institucional*, Bogotá, v. 3, n. 5, p. 17-51, 2001.

- NICOLESCU, B. Multidisciplinarity, interdisciplinarity, indisciplinary, and transdisciplinarity: similarities and differences. *RCC Perspectives*, Munique, n. 2, p. 61-68, 2014.
- NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. *Urban Studies*, Edimburgo, v. 42, n. 11, p. 2023-2036, 2005.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Oslo Manual 2018: guidelines for collecting, reporting and using data on innovation*. 4. ed. Paris: OECD Publishing, 2018.
- PHILLS, J.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Stanford, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.
- POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. The transformative paths of social technologies: influences back and forth between Quebec and South America. In: *CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE*, 2017, Quito. *Anais...* Baltimore: ISTR, , 2017. p. 18-20.
- RODRIGUES, L. L. et al. Contribuições da Extensão Universitária na sociedade. *Cadernos de Graduação-Ciências Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 141-148, 2013.
- RODRIGUES, R. A extensão universitária como uma práxis. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 5, p. 84-88, 2006.
- SHOKLEY, G. *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, edited by Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood, Annovyd Abdelillah Hamdouch. 2013. Cheltenham, UK and Northampton, Massachusetts: Edward Elgar. 500+ xxii. ISBN: 978-1-84980-998-6, \$216p. *Journal of Regional Science*, Malden, v. 55, n. 1, p. 152-154, 2015. <https://doi.org/10.1111/jors.12182>.
- TORLIG, E. G. S.; RESENDE JUNIOR, P. C. Uma discussão sobre o papel das universidades nos ecossistemas de inovação. In: *TOURISM & MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE*, 2018, Algarve. *Anais...* Faro: Universidade de Algarve, 2018. p. 1-9.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/if/wp-content/uploads/resolucao_cepe_75_2019_extensao.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/paineldedados/ufrgs_numeros.html#Extensao>. Acesso em: 09 dez. 2020a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/catalogo.php>>. Acesso em: 30 maio 2020b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www1.ufrgs.br/sistemas/paineldaqualidade/ranking/rankings>>. Acesso em: 09 dez. 2020c.

ZUCOLOTO, G. F.; RESPONDOVESK, W. Inovação com impacto social: afinal, do que falamos? Radar, Brasília, n. 57, p. 13-17, 2018.

Contribuição dos autores:

A. Fundamentação teórico-conceitual e problematização: Ana Paula Klaumann e Ana Lúcia Tatsch

B. Pesquisa de dados e análise estatística: Ana Paula Klaumann

C. Elaboração de figuras e tabelas: Ana Paula Klaumann e Ana Lúcia Tatsch

D. Elaboração e redação do texto: Ana Paula Klaumann e Ana Lúcia Tatsch

E. Seleção das referências bibliográficas: Ana Paula Klaumann e Ana Lúcia Tatsch

Conflito de interesse: as autoras declaram não haver conflito de interesse.

Fonte de financiamento: as autoras declaram que não houve fonte de financiamento.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution CC-BY, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.